

Sua Excelência o Senhor Presidente da República,

Sr.^a Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian,

Senhor Governador do Banco de Portugal,

Ilustres convidados

Caras e caros colegas,

Quero começar por saudar todos os presentes.

Quero saudar, em especial, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, agradecer a sua presença e Alto Patrocínio, sem dúvida um estímulo para que os Economistas e a sua Ordem assumam as suas responsabilidades na sociedade portuguesa, particularmente exigentes no contexto que estamos a atravessar.

Quero agradecer à Fundação Calouste Gulbenkian e à sua Presidente Dr.^a Isabel Mota por mais uma vez nos terem acolhido nas suas magníficas instalações.

Quero a agradecer também ao NovoBanco e ao seu Presidente, o Dr. António Ramalho, representado nesta abertura pela Dr.^a Luisa Soares da Silva, o patrocínio que nos concederam.

E quero agradecer, finalmente, ao nosso *Media Partner*, O Jornal Económico, o interesse com que desde a primeira hora nos apoiaram na divulgação da Conferência e na transmissão através da Internet.

Quando, logo a seguir à tomada de posse da nova Direção da Ordem, decidimos avançar para a organização de uma conferência sobre os desafios do crescimento da economia portuguesa, estávamos longe de prever os acontecimentos que se seguiram e que alteraram completamente o quadro de análise em que pensávamos que essa conferência iria decorrer.

Antecipávamos que nesta altura o governo estaria constituído e que a Assembleia da República estaria a discutir o programa de governo.

Por outro lado, não queríamos acreditar que a invasão da Ucrânia pela Rússia se viesse a concretizar e que, em resultado disso, a recuperação económica iniciada em 2021 ameaçasse transformar-se em nova e dramática recaída, antes mesmo que os níveis de produção anteriores à hecatombe de 2020 fossem completamente repostos.

Mas, como todos nós aprendemos e sabemos da nossa própria experiência, a realidade é sempre mais forte na sua dinâmica do que qualquer previsão que sobre ela possamos fazer e que, por essa razão também, uma das principais contribuições que os economistas podem dar à sociedade, seja a nível macroeconómico, seja a nível microeconómico, é a introdução

de fatores de sustentabilidade sistémica que, tal como nos edifícios construídos na época pombalina (para utilizar uma vez mais a analogia feita por Christine Lagarde, nas comemorações dos 175 anos do Banco de Portugal), garantam simultaneamente a flexibilidade e a resistência necessárias para fazer face aos cataclismos que possam ocorrer.

Mesmo sem saber que Portugal e o mundo iriam enfrentar os acontecimentos que, entretanto, se sucederam, seja a nível interno, com o adiamento da constituição do novo governo, seja a nível externo, com a nova guerra na Europa, a nossa preocupação já ia nesse sentido.

Ou seja, pretendia-se que esta conferência pudesse ser um momento de reflexão sobre o estado da economia portuguesa, sobre os seus constrangimentos estruturais e sobre a necessidade de pensar, simultaneamente com as ações de recuperação económica e resiliência, uma perspetiva de médio e longo prazo visando, precisamente, introduzir a coerência estratégica e a flexibilidade estrutural necessárias à recuperação e à sustentabilidade de uma dinâmica de crescimento que tem estado arredada da economia portuguesa nas duas ou três últimas décadas e que as crises internacionais de 2008-2009 e da Covid-19, só vieram acentuar e tornar mais evidente.

Os desenvolvimentos entretanto ocorridos, e os mais que prováveis efeitos económicos dramáticos, só vieram dar força a este objetivo.

Mais do que nunca, a economia portuguesa necessita de um novo modelo de funcionamento, de regulação e de competitividade externa. E que, não obstante todos os esforços que têm sido tentados com esse objetivo, tem tardado a impor-se.

A visão estratégica, a coerência interna e a competitividade internacional sustentada, têm sido substituídas por respostas erráticas a estímulos, sobretudo externos, que não controlamos e, sobretudo, que não temos conseguido internalizar suficientemente em termos de dinâmicas de diversificação e coerência produtivas, antes acentuando-se as nossas debilidades estruturais.

A isso se deve em grande parte a dificuldade em se conseguir ver afirmada uma trajetória clara de crescimento e de convergência sustentada com os nossos parceiros europeus. Isto, não obstante, a qualidade e o empenho com que muitos empresários e agentes económicos em geral têm construído espaços de inovação e de afirmação, sem esquecer a própria intervenção política. É importante também reconhecer isso, se quisermos mobilizar os agentes esforçados e construir uma alternativa realista.

Da parte da Europa também tem faltado uma visão macroeconómica integrada e estratégica, potenciadora da diversidade dos recursos existentes no espaço económico conjunto. Uma fraqueza que se manifestou com particular evidência nas últimas crises, sobretudo a nível dos países mais vulneráveis como Portugal, mas que agora, na sequência da invasão da Ucrânia, se evidenciou de forma explosiva, através da dependência energética, mas também na dependência de produtos alimentares e de outras matérias-primas, com repercussões imediatas no aumento dos preços e outras repercussões que não deixarão de se manifestar, a médio e a longo prazo.

Ontem, o Banco Central Europeu, antevendo a deterioração das condições económicas, não alterou as taxas de juro, mantendo no essencial as suas orientações de política monetária e salvaguardando ajustamentos em função da evolução da situação.

Era a decisão esperada, e está em conformidade com a nova postura assumida pelo BCE desde os tempos de Mario Draghi.

Esta decisão abre igualmente espaço para as intervenções no âmbito da política orçamental que serão de esperar em reação à nova situação internacional, designadamente em termos de reforço da coesão económica interna da zona euro e da União Europeia no seu conjunto e da redução das suas dependências estruturais, com destaque para a energia.

Pensamos que também é fundamental, a nível europeu, recuperar a perspetiva estratégica que esteve na origem do projeto de integração a seguir à segunda guerra mundial. Perspetiva que tem faltado nos últimos anos o que reduziu o potencial de intervenção autónoma da Europa.

É o momento de tudo ser repensado e neste contexto ganha força o papel que Portugal poderá desempenhar neste processo de reforço da Europa no mundo.

Como dizia Fernando Pessoa, Portugal é o rosto com que a Europa fita o ocidente, futuro do passado.

Num contexto em que se redesenham as relações de força a nível internacional é fundamental que a Europa reforce a sua identidade e presença no mundo. E Portugal, enquanto país que a partir da Europa lançou as bases da arquitetura da economia global atual, não pode deixar de fazer valer a sua importância estratégica, enquanto vértice do triângulo atlântico que liga a Europa à América e à África, com projeção no Índico e no Pacífico.

Mas não podemos descurar o trabalho de casa e temos de ultrapassar a síndrome do novo aeroporto de Lisboa, paradigma da nossa incapacidade atual de dar resposta aos problemas estruturais.

Há que repensar o papel dos nossos portos marítimos e o papel de Sines no abastecimento energético da Europa. Há que repensar o nosso papel no armazenamento de gás natural e nas energias renováveis. Há que repensar as nossas articulações internacionais, seja nos transportes de mercadorias e pessoas, seja no transporte de energia, designadamente no espaço ibérico e europeu. Há que reforçar o papel da nossa diplomacia no relacionamento interno do espaço lusófono e da CPLP. Um espaço que engloba 280 milhões de falantes, espalhados por cinco continentes; a quarta língua mais falada do mundo, depois do mandarim, do espanhol e do inglês; uma Comunidade que relaciona, no âmbito da CPLP, nove países membros, mais de 30 observadores associados, entre países e organizações internacionais, e dezenas de organizações da sociedade civil de diversos países, de âmbito económico, académico, cultural, etc. Um enorme potencial que pode ser aproveitado, não apenas para a cooperação interna e projeção da Comunidade, no sentido mais estrito, mas para a projeção da própria Europa no seu conjunto.

Portugal não pode desperdiçar este potencial.

Esta Conferência que a Ordem dos Economistas organiza, pelas temáticas que aborda, pela qualidade dos seus intervenientes e, particularmente, pelo contexto em que se realiza, pretende ser um contributo da Ordem dos Economistas para a reflexão profunda que a sociedade portuguesa deve realizar. Para encontrar soluções não apenas para os problemas imediatos, mas sobretudo para os constrangimentos estruturais que têm impedido a afirmação de uma dinâmica sustentada de crescimento.

Uma reflexão que não se quer prisioneira de *a priori* ideológicos, mas que reúna competências diversas na procura de contributos que permitam construir um consenso alargado em torno de projetos fundamentais para o desenvolvimento do país e do seu papel no reforço do projeto europeu.

É com este espírito que temos vindo a falar da necessidade de um Pacto para o crescimento, entre os agentes económicos, agentes políticos e o governo, que acompanhe a execução do Plano de Recuperação e Resiliência e o Portugal 2030.

A Ordem dos Economistas quer ser um parceiro ativo neste processo e atuará no sentido de mobilizar a classe dos Economistas, nas suas diferentes valências, para serem agentes da transformação estrutural que o país necessita.

Com competência, com exigência, com rigor e com sentido ético.

Estou certo de que esta Conferência será um valioso contributo para a concretização deste desiderato.

Bom trabalho.